

PARECER Nº 01/2018

PROJETO DE LEI Nº 09/2017

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE
CONTAS E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA**

RELATOR VEREADOR SAINT-CLAIR VALADARES

RELATÓRIO

De autoria do Prefeito, o projeto de lei em epígrafe “*dispõe sobre alteração dos Anexos II e V, do parágrafo 2º do art. 8º e do art. 10 da Lei Municipal nº 1.104/2005, que institui o plano de cargos, carreira e vencimento do quadro do Magistério do Município de Arinos/MG e dá outras providências*”.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, que concluiu pela sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade. Em seguida, a proposição foi encaminhada à Comissão de Administração Pública, que, em sua análise de mérito, concluiu pela sua aprovação.

Vem agora o projeto a esta Comissão, para exame e parecer, conforme dispõe o art. 91, inciso II, “d”, do novo Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei em exame visa alterar as séries escolares e o número de alunos das escolas a serem administradas pelo Coordenador Escolar, Diretor e Vice Diretor Escolar I e Diretor e Vice Diretor Escolar II. Além disso, cria mais um cargo de coordenador de creche.

Cumpre registrar que esta Comissão, por meio dos ofícios nºs 12 e 20/2017, solicitou ao Presidente desta Casa o envio de ofício ao Chefe do Executivo para lhe requerer informações acerca das despesas com a implementação das alterações veiculadas no projeto em exame.

No primeiro ofício encaminhado pelo Prefeito a esta Comissão (ofício nº 605/2017), verificou-se que a estimativa do impacto orçamentário financeiro referia-se somente à criação de 4 cargos de diretores e 2 cargos de vice-diretores. Ocorre, porém, que o projeto em exame cria um total de 9 cargos de diretores e 8 de vice-diretores, além de um cargo de coordenador de creche. Assim, foi enviado novo ofício ao Prefeito Municipal solicitando-lhe mais informações sobre a criação de tais cargos.

Através do ofício nº 608/2017, o Chefe do Executivo, finalmente, prestou todas as informações faltantes, por meio das quais se observa que o projeto em exame cria uma despesa total de R\$ 668.065,97 para o exercício de 2018; R\$ 698.128,94 para 2019; e 729.544,74 para 2020.

Nesse contexto, é importante destacar que, diante da crise financeira pela qual passa o nosso Município, entendo que não há urgência e necessidade a justificarem essas alterações na educação municipal, principalmente, no que diz respeito ao aumento do número dos cargos de diretores.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 09, de 2017.

Sala das Comissões, 12 de março de 2018.

Vereador SAINT-CLAIR VALADARES
Relator